



MANUEL DOS SANTOS

O défice é como o Natal...

Por Jorge Magalhães

Manuel dos Santos é claro: há operações e «manobras» que levam a que o valor do défice possa ser considerado uma espécie de harmónio, com os devidos limites. Portugal e Grécia são, no entender do presidente da Mesa da AG, dois bons exemplos por maus motivos.

Natural de Mirandela, Manuel dos Santos é presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas desde 1999.

Economista e professor universitário, foi deputado ao Parlamento Europeu entre Julho 2001 e Junho deste ano, onde exerceu o cargo de vice-presidente. Foi também membro efectivo da Comissão Parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários e suplente da Comissão Parlamentar da Indústria e Investigação.

Com vasta experiência política, desempenhou, anteriormente, funções como vereador da Câmara Municipal do Porto e deputado à Assembleia da República, entre 1980-2001 tendo, no Parlamento, sido presidente da Comissão de Economia e Finanças e presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo. A nível governamental foi secretário de Estado do Comércio do XIII Governo Constitucional.

Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da agora Ordem há uma década, Manuel dos Santos tem atrás de si a autoridade dos anos e o conhecimento profundo da Instituição para garantir que a recente alteração do Estatuto «não é o fim da linha», até porque projectos para o futuro não faltam. «O presidente da Direcção está em grande forma», sustenta, como forma de assegurar a continuidade de uma política pró-activa em prol desse «intangível» que é a credibilidade e dignificação da profissão.

No seu jeito repentino e desasombrado, Manuel dos Santos acusa de elitistas algumas das classes que mais entraves colocaram à passagem da Câmara a Ordem e defende que

os TOC não podem ser considerados «guarda avançada do fisco» quando se trata de cobrar impostos. Diz que a uniformização fiscal europeia não é uma «utopia» e preferia que o Governo tivesse optado pela adopção das NIC em vez da adaptação. Sem

reticências, garante que, se o acordo relativo ao défice com a Comissão for para cumprir, o aumento de impostos será inevitável... ou então o caminho será a emissão gigantesca de dívida pública com direito às devidas consequências.

TOC – Em 14 anos, os Técnicos Oficiais de Contas passaram do quase anonimato a Ordem profissional. Há década e meia imaginava que tal percurso fosse possível?

Manuel dos Santos – Ninguém poderia imaginar isso, mas o núcleo duro dos actuais Órgãos Sociais, que já estava na direcção da associação há 14 anos, tinha objectivos claros que apontavam num sentido muito parecido com aquele que se veio a verificar e que passavam pela qualificação da profissão, pela credibilização da actividade de Técnico Oficial de Contas e pelo seu reconhecimento junto das instituições públicas, da opinião pública e do mundo empresarial. Associada a essa ideia-base existia toda uma trajectória na qual se inseria a transformação institucional da própria associação.

TOC – Pode dizer-se que esta ascensão meteórica da Instituição é explicável, em parte, pela manutenção desse núcleo duro que referiu?

M. S. – Seguramente. Esse é um dos segredos, nomeadamente o facto do presidente e vice-pre-

sidente terem permanecido sempre em funções. Foi definido um caminho, uma estratégia e a tática foi ajustada a esse plano e definida ano após ano, aproveitando também as oportunidades que foram surgindo. O mundo económico passou a ter uma relevância maior, as temáticas da fiscalidade começaram a ser debatidas no quotidiano das pessoas. Tudo isto trouxe vantagens, mas o grande segredo está na competência das pessoas que dirigiram e dirigem esta casa e na continuidade das equipas.

TOC – Falou em tática. Temeu que ela fosse seriamente abalada com os entraves levantados à alteração do Estatuto, na Assembleia da República?

M. S. – Não esperava tantas dificuldades. Conheço bem a história desta Instituição. Houve pessoas que ficaram pelo caminho, umas de forma voluntária, outras porque foram afastadas, já que tinham uma perspectiva completamente diferente do que deveria ser o caminho a seguir. Esses passos foram dolorosos, como uma célebre assembleia-geral na Aula Magna. Vingou esta concepção mais modernista, mais pró-activa e assertiva da profissão e isso foi sendo reconhecido

publicamente. A Instituição trabalhou muito para ser conhecida, quer através dos órgãos de comunicação social quer junto dos poderes públicos. Perante isto, não esperava tantas dificuldades na aprovação do diploma. Cheguei a temer que o processo pudesse ser travado.

TOC – Travado porque e por quem?

M. S. – Alguns dos obstáculos residiam no interior da própria Instituição. Mesmo ao nível dos Órgãos Sociais houve pessoas que, até à última hora, não tinham esta concepção da transformação da Câmara em Ordem profissional, o que me parece profundamente negativo. Repare: quando se chega junto do poder político e há ecos de que, internamente, nem todos estão de acordo, quem está do lado de lá ganha força renovada para criar obstáculos.

TOC – Mas o próprio partido que propôs a lei também não parecia muito unido...

M. S. – É verdade. A primeira vez que a propôs, deixou-a cair. Este ano, não a tendo deixado cair, vimos alguns deputados votarem contra. Estamos a falar de pessoas que não têm muito conheci-



A manutenção do «núcleo duro» dos Órgãos Sociais ao longo de 14 anos ajuda a explicar o sucesso da nova Ordem, sustenta Manuel dos Santos

mento destas matérias, o que significa que representaram algum tipo de interesses que lhes veio do exterior. Depois, assistimos a reacções pouco habituais, como a do Conselho Nacional das Ordens Profissionais, presidido pelo bastonário da Ordem dos Engenheiros, com um comunicado público...

O elitismo de alguns...

TOC – A que é que atribui essas movimentações pouco usuais?

M. S. – Se associarmos tudo isto a oposições menos conhecidas mas também muito fortes, como as movidas pela Ordem dos Economistas, à qual eu também pertenço, respondo-lhe com uma só palavra: elitismo puro e simples. Há gente que ainda não percebeu que, em Portugal, as coisas mudaram e que a hierarquia das profissões pode estar subvertida. No que respeita aos economistas, a atitude ainda é mais lamentável porque, aquando da criação da sua Ordem, também se levantaram vozes elitistas, dos advogados e engenheiros. Curiosamente, agora colocaram-se ao lado dessas vozes contra a Ordem dos “contabilistas” ou dos “guarda-livros”. Isto foi o que eu senti quando contactava com responsáveis políticos.

TOC – Falou em “guarda-livros”. Parece-lhe que essa é uma ideia que ainda subsiste junto de sectores influentes?

M. S. – Haverá, mas cada vez menos. Quer por mérito da Câmara quer por força das circunstâncias de transformação da sociedade, as pessoas foram compreendendo que os TOC são hoje decisivos na vida económica do País. Obviamente que essa ideia já não existe ao nível de personalidades esclarecidas, mas junto de alguns empresários não tenho dúvida alguma de que essa concepção se mantém, continuando a ver o TOC como mero funcionário ao seu dispor que serve para ‘tapar os buracos’, pagar o mínimo de impostos e ter mais lucros sem os declarar fiscalmente. Tudo isto está em mutação. Infelizmente, ainda há TOC que, por razões várias, alinham nessas práticas. É também para lutar contra isso que a Ordem surgiu e será importante, porque permitirá mudar consciências.

TOC – Temos aí um novo Estatuto. A alteração correspondeu às suas expectativas?

M. S. – Sim. A lei é formalmente do Governo mas a ex-Câmara foi parte importante na elaboração da Lei. As soluções que apresentou foram, praticamente, as soluções do Governo...

TOC – Mesmo na questão mais polémica das sociedades de profissionais?

M. S. – Quem levantou a questão, levantou-a bem. O presidente entendeu que não valia a pena insistir nessa tese, uma vez que não era um elemento essencial. O diploma é muito aceitável, porque reflecte sempre a dignificação da profissão.

Aprofundar a ideia do voto electrónico

TOC – Realizou-se recentemente uma assembleia-geral extraordinária para alteração ao regulamento eleitoral. Ouvi-o a concordar com a necessidade de avançar com a descentralização dos votos. Não lhe parece que isso seja apenas uma forma de criar mais burocracia?

M. S. – A nossa estrutura é diferente, em meu entender para melhor, da de algumas Ordens. Não assenta em conselhos regionais autónomos que, por vezes, dão origem a enorme conflitualidade. No nosso caso temos “antenas”, locais onde os TOC podem contactar de forma mais próxima com a Instituição. O facto de existirem locais onde se possa votar presencialmente não significa que as pessoas usem isso, como temos visto em Lisboa. Há 20 mil TOC no distrito mas, presencialmente, só votam 600. O voto presencial exige sempre uma deslocação. O princípio da descentralização, desde que salvguarde a equidade, transparência e justiça é um princípio que não nego...

TOC – Em relação às eleições...

M. S. – Devemos repescar e aprofundar a ideia do voto electrónico.

TOC – Caso se recandidate, esse será um dos seus grandes cavalos de batalha?

M. S. – Será um dos objectivos dos Órgãos Sociais. Só não implantámos o voto electrónico

porque neste momento é muito difícil fazê-lo na sociedade portuguesa. Ainda não há tecnologia que permita evitar hipotéticas fraudes.

TOC – Esse deverá ser o caminho a seguir pela Ordem?

M. S. – Deverá ser uma prioridade. Mas antes de chegarmos a uma situação de descentralização absoluta deveríamos testar, em eleições futuras, um outro local. Em vez de fazer em todas as representações, poderíamos fazer eleições em Lisboa e Porto, o que permitiria duplicar os locais de voto presencial. Mas isto é apenas uma questão de princípio, não de eficácia.

TOC não podem ser guarda avançada do fisco

TOC – Já afirmou que considera o novo Estatuto equilibrado. Mas há várias vozes que alertam para o acrescento de novas responsabilidades. Foi já atingido o limite do razoável?

M. S. – Essa questão passa pela força da Ordem junto dos poderes públicos, de forma a encontrar um justo equilíbrio entre o que é a credibilização da profissão, o respeito pelos profissionais

e a sua responsabilidade. Há responsabilidades que os profissionais não devem assumir. Temos que saber separar muito bem as águas. Os TOC não podem ser uma guarda avançada do fisco, no sentido da cobrança. Devem-no ser no sentido da legalidade e da transparência fiscal, mas não devem ter competências para além disso.

TOC – «O SNC abre uma nova janela de oportunidades para os TOC.» Esta ideia tem sido difundida com insistência. Como é que se materializam as novas oportunidades?

M. S. – Os TOC que revelarem mais qualidade serão cada vez mais requisitados. Hoje não é fácil ser TOC. Quem o quiser ser está sujeito a um escrutínio de exame complicado. Os jovens com mais qualificação terão agora outras oportunidades porque as empresas enfrentarão novas exigências. A entrada em vigor do SNC, que ainda vai causar muita perturbação, está aí mas, também nesse capítulo, a Ordem vai à frente. Por exemplo, tanto quanto sei, o fisco ainda está a formar os formadores dos próprios funcionários da administração fiscal. A Ordem já realizou acções por todo o País. Tudo isto abrirá novas janelas de oportunidade.



**«Os TOC não podem ser uma guarda avançada do fisco, no sentido da cobrança»,
realça o presidente da Mesa da AG**

TOC – As críticas às NIC - há quem diga que complicam, são subjectivas, ininteligíveis e carecem de bases científicas - têm sido muitas. Como olha para estes alertas?

M. S. – Sou grande defensor de normas e de regras de homogeneização. Não entendo muito bem as diferenças entre paradigma anglo-saxónico ou europeu. Parece-me que, nesta área, como na regulação financeira em geral, deve existir uma grande uniformização de regras. Tudo aquilo que se está a fazer a nível europeu é positivo. Só se pode comparar coisas que são comparáveis. Não se pode comparar patrimónios nem valores ou evoluções patrimoniais, se não tivermos as mesmas regras. Não vivemos isolados, pertencemos a espaços económicos abertos e integrados e as regras devem ser as mesmas. Reconheço que estas alterações são um choque para muitos profissionais, mas estamos a trabalhar, sobretudo, para os jovens e para gerações mais preparadas. Não comungo das críticas que são feitas. A reserva de identidade é algo do passado e está completamente ultrapassada.

TOC – O SNC foi apresentado oficialmente como uma «adaptação» e não «adopção» das normas internacionais. Não há o risco de se estar a criar algo indefinido?

M. S. – Sou completamente a favor da homogeneização dos sistemas. Preferiria a noção de adopção, mas compreendo que os poderes públicos utilizem uma linguagem mais cauteladora porque, ao falarem em adaptação, estão, de algum modo, a estender a mão àqueles que têm medo da mudança abrupta. Julgo que é essa a mensagem política enviada. De resto, o sistema está regulado pela Comissão de Normalização Contabilística que segue todo o processo a par e passo e que poderá efectuar as alterações necessárias.

TOC – Depreendo das suas palavras que o sistema, a médio prazo, caminhará para a adopção...

M. S. – Gostaria muito que isso sucedesse, não só nesta área mas também nos sistemas de regulação ou na própria uniformização da tributação, uma velha ideia europeia...

Corrupção, justiça, informalidade, ou os males de um país pouco competitivo

TOC – Não lhe parece uma utopia falar de uma uniformização fiscal europeia?

M. S. – Não. Se há 20 ou 30 anos alguém dissesse que íamos ter uma moeda única, isso seria uma utopia e ela hoje existe. É em alturas de crise que as pessoas se tornam mais ousadas.

TOC – Mas sendo a fiscalidade uma das «armas» que os países têm para competir entre si...

M. S. – Sem dúvida, mas a competitividade fiscal não é decisiva. Há outros factores que convém ter em conta, como os sistemas de justiça, administração, os chamados custos da informalidade, da corrupção, da formação das pessoas. Há partidos e economistas a reclamar a baixa de impostos para que a economia se torne mais competitiva. Sempre defendi que isso não dá nada, a não ser perda de receita. Não sou contra a descida de impostos, mas por estas razões...

TOC – Enumerou justiça, informalidade, corrupção e fiscalidade. Olhando para estes quatro vectores, a conclusão é óbvia: Portugal é pouco atractivo para o investimento.

M. S. – Costumo dizer que são os países, e não as economias, que são competitivos. Há sectores da economia portuguesa que são altamente competitivos e estão no topo a nível mundial. O que não é competitivo é o todo. É o país. Porque? Porque falha em sectores chave como os que já foram referidos. Mas o problema não se resolve, como dizia há pouco tempo um notável empresário português, notável no sentido de ser conhecido, entenda-se, com empregos baratos. Não é com salários de miséria que se torna uma economia competitiva. Precisamos de empregos bem pagos a que corresponda um nível de produtividade adequada. Quando se diz que os trabalhadores portugueses são 30 por cento menos produtivos que os seus congéneres europeus, esquecemo-nos que esses mesmos trabalhadores, noutros países, são mais produtivos que os autóctones. Portanto, o problema não é só dos trabalhadores.

Manobras em torno do défice

TOC – Olhando para a nossa realidade, face à necessidade que o fisco tem em arrecadar receitas e à derrapagem do défice, teme que os direitos e garantias dos contribuintes possam ser colocados em segundo plano?

M. S. – O défice é como o Natal, é aquilo que um homem quiser. Há um exemplo flagrante para quem sorri com cepticismo ao que afirmo: a Grécia entrou na moeda única porque tinha um défice inferior a três por cento. A Eslovénia não entrou por uma décima e teve de esperar mais um ano. Com a mudança de Governo, refizeram-se as contas e descobriu-se que a Grécia entrou para o euro com um défice superior a sete por cento. A maquilhagem das contas públicas é uma realidade, porque há uma margem de flexibilidade que permite isto. Se fizermos as contas simples que toda a gente faz, chegamos à conclusão que o défice terá de ser superior a oito por cento.

TOC – Ao afirmar que o «défice é aquilo que um homem quiser», quer dizer que se pode manipular facilmente as contas públicas?

M. S. – Se retirar «facilmente», pode. Há operações que podem ter duas formas de contabilização. Isto não é exclusivo de Portugal. Nas empresas sucede o mesmo. Posso atirar para depois de 31 de Dezembro uma despesa para apresentar determinado lucro ou antecipar determinada receita sem que esteja a cometer qualquer ilegalidade. Há esta margem de manobra. A criação de hospitais empresariais, por exemplo, é uma manobra que pode ser feita. Só não se pode é manipular até ao excesso. Repare também no caso português, após a saída do Governo de Durão Barroso/Santana Lopes. O Banco de Portugal chegou a um valor completamente diferente do que tinha sido anunciado.

TOC – Como é que Portugal retomará o caminho da convergência?

M. S. – Se não decorrer de um forte crescimento da economia, só pode ser conseguido através do aumento da receita fiscal ou então pela di-



Justiça, informalidade, corrupção e fiscalidade: eis alguns dos factores que contribuem para a fraca competitividade de Portugal

minuição da despesa, e neste caso só através da despesa pública ou da despesa social. Não será fácil chegar novamente aos três por cento. Sejam claros: se for para cumprir aquilo que está combinado, estamos perdidos – tem que haver aumento de impostos. Ou então uma emissão tão grande de dívida pública que levaria ao corte de prestações sociais, aumento de desemprego e por aí fora.

TOC – Mas a urgência do fisco pode ou não significar um perigo?

M. S. – A defesa dos contribuintes é uma questão fundamental pela qual a Ordem se deve bater. Hoje as coisas estão melhores, mas há dois ou três anos vivíamos uma situação em que a administração fiscal era leonina em relação aos contribuintes. Tem que haver um justo equilíbrio, porque a cidadania fiscal deve englobar a lealdade e equidade por parte do Estado.

TOC – No final de 2008, o Estado tinha 14,2 mil milhões de euros por cobrar em impostos. O combate à fraude e evasão não tem sido tão eficiente como se quer fazer crer?

M. S. – Há muito trabalho pela frente, sem dúvida. Esses valores têm de ser analisados com cuidado. Podem ser provenientes de dívidas do passado ou resultantes da circulação da dívida. Há um nível a partir do qual já não é possível cobrar mais. Mas é inegável que houve um enorme progresso na administração fiscal, muitas vezes, é certo, com pressão excessiva sobre os cidadãos que pode originar desequilíbrios, uma vez que os grandes contribuintes têm ao seu dispor melhores e mais meios.

Baixa taxa real de IRC

TOC – A carga fiscal é adequada à nossa realidade?

M. S. – A carga fiscal real é; a carga fiscal nominal não... Portugal é o segundo ou terceiro país da OCDE com a taxa real de IRC mais baixa. Te-

mos uma das taxas mais altas mas, na prática, e basta olhar para os valores que a banca paga, temos taxas moderadas comparadas com o quadro europeu. A tributação portuguesa não é das mais elevadas da Europa, isso é um mito, embora reconheça que também não é das mais baixas.

TOC – Mas há também o esforço fiscal...

M. S. – Isso é outra questão. É a questão da repartição dessa receita entre os diversos intervenientes económicos. Já vimos que a banca, mesmo em época de crise, duplica os seus lucros e tem taxas reais de pagamento diminutas, o que não deixa de ser um escândalo.

TOC – A banca faz isso dentro da legalidade...

M. S. – Absolutamente.

TOC – Então o que é que não funciona?

M. S. – Vivemos num sistema que destaca a prevalência do mercado. Aliás, a «The Economist»



Conselhos para tentar debelar a crise:
«Temos que repensar o nosso modo de vida colectivo.
E o próprio Estado tem que gastar melhor os recursos de que dispõe.»

ainda há pouco tempo chamava a atenção para isto. Dizia que já não era o mercado a funcionar mas sim «a roubalheira a funcionar» – o termo não era este, mas exprimia essa ideia. É a própria revista que sempre defendeu a liberdade de mercado a afirmar isto. De facto, os bancos de investimento, que continuam a ser subsidiados, prepararam-se para apresentar os maiores lucros de sempre. É o modelo económico global, orientado neste sentido, que falhou. Em Portugal não podemos alterar isto sozinhos.

TOC – A reunião do G-20, em Abril passado, prometia um combate feroz, por exemplo, aos offshore. Não teme que, com o amenizar da crise, tudo volte a ser como dantes?

M. S. – Temo, até porque isso já está a acontecer. Ainda há pouco tempo o presidente do BCE aconselhava os grandes gestores da banca a abdicarem dos seus «pára-quedas dourados» e aplicarem esse dinheiro na capitalização dos seus bancos. Estamos perante situações em que os gestores atribuem a si mesmos verbas astronómicas, mesmo em condições onde existe o risco de falência. Uma das grandes interrogações destes dias é a de saber o que sucederá quando os Estados retirarem os apoios. Assistimos a uma ligeira melhoria do doente...

TOC – Mas o doente parece, por vezes, não estar muito preocupado com a doença...

M. S. – Sem dúvida. Parece-me que estamos numa crise em W. Quando os Estados começarem a retirar os apoios à economia, sobretudo à financeira, poderemos voltar a ficar em maus lençóis. Vamos ver como reage o doente...

Temos que mudar de vida

TOC – Crescimento medíocre, desemprego elevado, défice superior a oito por cento, dívida pública que poderá atingir, em breve, os 90 por cento do PIB, ameaças de novas reduções nos ratings da República. Isto é a antecâmara de um País insolvente?

M. S. – No quadro da moeda única, o País nunca é insolvente, temos é que tomar medidas.

TOC – Se não nos deixarem cair...

M. S. – Ninguém nos deixará cair, porque os credores também querem receber o seu capital. Temos é que mudar de vida rapidamente.

TOC – E mudar de vida é fazer o quê?

M. S. – Travar, por exemplo, o ímpeto consumista. Temos que repensar o nosso modo de vida colectivo. E o próprio Estado tem que gastar melhor os recursos de que dispõe.

TOC – Esta é uma crise de endividamento. Não lhe parece estranho que se responda com um aumento da despesa?

M. S. – Tudo depende do retorno do investimento e da velha questão da eficiência do investimento e da despesa. É preciso não esquecer que os objectivos de curto ou de longo prazo são, por vezes, incompatíveis. Temos que encontrar um equilíbrio. É essa a polémica, por exemplo, que está instalada na sociedade portuguesa sobre a validade dos investimentos públicos.

TOC – Michel Rocard, num artigo publicado há ano e meio, intitulado «O desastre capitalista» escreveu: «O salário médio real tem-se mantido estável nos EUA nos últimos 20 anos, com um por cento da população a captar todos os ganhos resultantes do crescimento de 50 por cento do PIB no mesmo período.» Quer comentar?

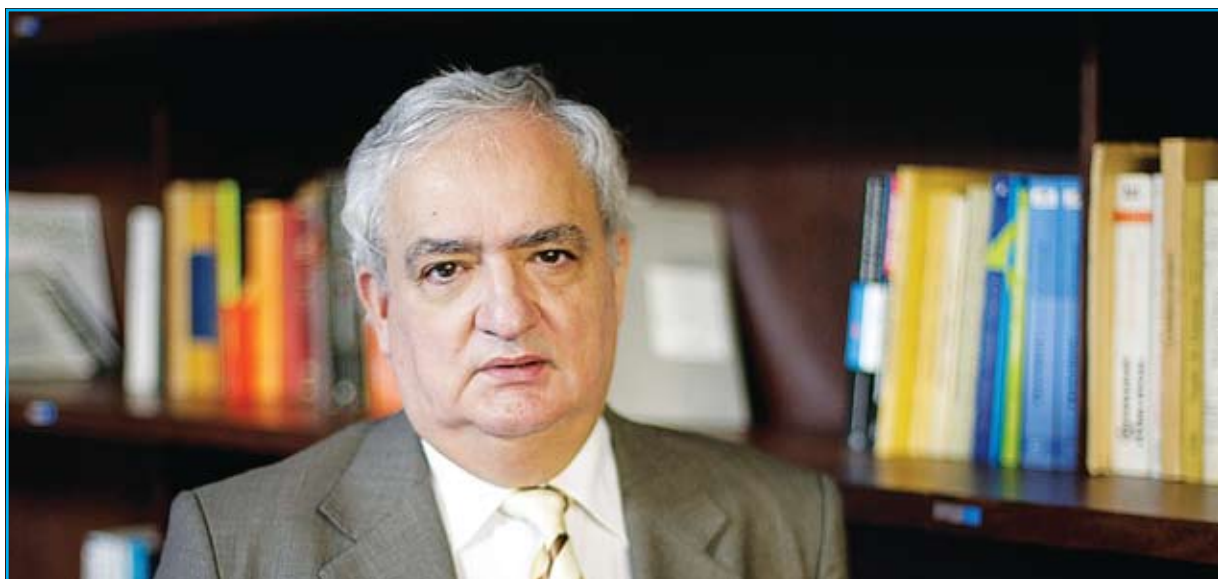
M. S. – Tenho uma especial admiração pelo Michel Rocard, fui seu colega no Parlamento Europeu e tenho-o como um homem extremamente lúcido. Não posso estar mais de acordo com ele. Mas já agora acrescento que ele afirmou há pouco tempo que «quem quer fazer todas as reformas ao mesmo tempo acaba por não fazer reforma alguma.»

TOC – Esse era um conselho que daria ao actual primeiro-ministro?

M. S. – Sem dúvida. Dei-lhe esse conselho numa moção que apresentei num congresso do meu partido. Esse documento foi aprovado por quase unanimidade, com o voto favorável do próprio José Sócrates. Mas sabe-se como são os partidos. As moções são aprovadas não para aplicar, mas apenas para dar palmas.

Novos projectos em marcha

TOC – Dentro de dois meses os TOC serão chamados a eleger os primeiros órgãos sociais da Ordem. O último acto registou cerca de 16 mil



**«O meu destino na Instituição está ligado ao do presidente da Direcção»,
confessa Manuel dos Santos**

participantes. É um número que o satisfaz? Que expectativas tem?

M. S. – É um número razoável. Não esqueçamos que, dos 75 mil inscritos, estão efectivamente em actividade um pouco menos de metade. Penso que se tivermos cerca de 20 mil votantes, e é essa a minha previsão, teremos uma excelente participação. Quanto às expectativas, não sei ainda bem o que é que os órgãos sociais vão fazer. Presumo que se recandidatem...

TOC – Onde também se inclui...

M. S. – O meu destino na Instituição está ligado ao do presidente da Direcção. No dia em que ele sair, tomarei a mesma decisão. Só serei presidente da Mesa da Assembleia-Geral com ele. Se ele me convidar para fazer parte dos órgãos, naturalmente que aceitarei. Não vale a pena estarmos com hipocrisias ou artificialismos: julgo que é isso que vai suceder e, em condições normais, continuarei presidente da Mesa da AG.

TOC – Não resisto a lembrar-lhe uma afirmação sua no último congresso. Disse que tinha «medo da criatividade e dinamismo excessivo de Domingues de Azevedo.» Vai continuar com esse medo?

M. S. – (risos) Vou, o Domingues de Azevedo não pára de pensar. Estão aí novas ideias que vamos apresentar na próxima assembleia-geral. Há, por exemplo, a intenção de comprar novas instalações para fazer um centro de formação e avançar com a «Casa do TOC». O presidente tem um dinamismo e uma crença muito grandes...

TOC – Dinamismo e criatividade são duas receitas indispensáveis à nova Ordem?

M. S. – Sem dúvida. Mas, ao contrário do que se possa pensar, não chegamos ao fim da linha pelo facto de termos passado a Ordem. O projecto do centro de formação é uma das novas apostas. A passagem a Ordem foi boa, extraordinária e vamos celebrá-la. O fim da linha continua a ser a credibilização dos profissionais, a formação permanente...

TOC – O fim da linha é uma espécie de «intangível» ...

M. S. – Exactamente. E a garantia que posso dar a todos os TOC é que, com este presidente, esse espírito não se vai perder. Quando afirmei que, às vezes, tenho medo da forma como ele se atira para as coisas, não é um medo obsessivo nem paralisante, é um medo cautelar. Sei que esse espírito se vai manter, ninguém duvide. Ele está em grande forma. ■